

## **8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas 19.04.2017**

### **PAOD - VALORAF**

#### **Intervenção – Vereador Rui Francisco**

##### **1ª Intervenção**

Senhor Presidente, trazemos a esta câmara um assunto já recorrente que tem a ver com as condições de funcionamento da unidade de desmantelamento de sucata no Bairro do Casal do Bispo, em Famões e trazemos esta questão aqui à reunião de câmara em face dos últimos desenvolvimentos que foram tornados públicos.

Sabemos que a CCDR, a propósito dos requerimentos apresentados pela população, declina responsabilidades quanto ao funcionamento da empresa, aliás isso é visível através da 1ª resposta que dão.

Já quanto à câmara, a Câmara de Odivelas explica que a entidade que licenciou a sucateira é a CCDR e que a autarquia já entregou àquela entidade os resultados de medições de ruído. Creio que terá sido esta a informação oficial transmitida quer à CCDR, quer aos órgãos de comunicação social.

A questão que se coloca agora, aliás são várias, mas antes do mais, perguntar se os resultados das medições do ruído, bem como o seu relatório, podem ser facultados à bancada da CDU de forma a acompanharmos e a inteirarmo-nos, com mais pormenor deste processo, que é um processo que sabem, acompanhamos desde o início.

Depois, saber o que é que sucedeu à entrega, destes resultados da Câmara à CCDR. Já temos algum tipo de resposta da CCDR, se os resultados em si mesmo, das medições que foram feitas, indiciavam de facto as condições em que a empresa labora e os prejuízos, os incómodos que daí decorrem, visíveis de resto para aquela comunidade, e tentarmos aqui perceber que diligências é que a Câmara Municipal está a fazer no sentido de ser reposta a legalidade e, a limite, se por incumprimento da lei poderá decretado, preventivamente ou de outra forma qualquer, a cessação da atividade da empresa.

Esta é uma questão que nos preocupa desde há muito tempo, numa primeira fase e quando colocámos a questão, a resposta que tivemos da Câmara Municipal foi que a CCDR tinha sido a responsável pelo licenciamento daquela unidade. Sabemos agora que a CCDR declina responsabilidades e “chuta” um bocado, deixem passar o termo, para a Câmara.

A observância, ou melhor, a responsabilidade da observância do cumprimento da Lei e portanto neste momento estamos aqui neste impasse, entre as declarações da CCDR que

dizem que a Câmara é que tem de avaliar se a empresa está em condições de laborar ou não e aparentemente já algumas diligências que a Câmara fez que foi as medições do ruído.

Gostaríamos de saber neste momento por parte do senhor presidente qual é exatamente o ponto da situação. Que diligências vai a Câmara adotar no sentido de facto repor a paz e a tranquilidade àquele bairro, que é coisa que não tem existido desde o início do funcionamento desta empresa.

## **2ª intervenção**

Agradeço as informações aqui prestadas pelo senhor vice-presidente mas, e sobre o relatório e a medição do ruído, ficámos agora a perceber que foi por solicitação da CCDR que esta medição foi feita e cujos resultados, como foram encomendados pela CCDR nós não podemos ter conhecimento, ou seja, a CCDR vai ser um bocado juiz em causa própria deste processo, porque vai receber os resultados e depois se entender divulga-los divulga, se entender agir em conformidade age, parece uma situação, diria, não muito normal.

Eu pedi para intervir pelo seguinte, eu acho que sobre este processo e já não estando em causa a competência do licenciamento, já discutimos aqui isso, ou a oportunidade do licenciamento, há uma coisa que nós temos que tentar perceber é qual é o compromisso desta câmara na resolução do problema e quando eu digo o compromisso desta câmara é o compromisso político.

Nós sabemos que relativamente às competências elas estão definidas, a CCDR tem as dela, a câmara tem as dela, mas depois há uma certa responsabilidade política que é de vir a esta câmara que é neste caso a defesa do interesse coletivo, sendo que o interesse coletivo ali é o interesse das populações, das pessoas que todos os dias vivem com este drama. Todos os dias e continuam a viver.

O apelo que se faz ao senhor presidente e ao senhor vice presidente é que, de forma persistente, insistam junto da CCDR para que a legalidade seja reposta.

Então se a própria CCDR já identifica ela situações de funcionamento anómalas, nós temos que todas as semanas perguntar então relativamente a isto o que é que estão a pensar fazer. É que nós não sabemos, neste momento, se calhar nenhum de nós aqui consegue dizer se a CCDR, a propósito destas questões identificadas já notificou o proprietário da empresa. Nós não sabemos. Na prática não sabemos o que é que diariamente está a ser feito em defesa dos interesses daquelas pessoas e isto já dura há muito tempo. Trata-se da reposição da legalidade.

Para além da questão do descanso a que todos é devido, para além de reconhecermos, todos temos que reconhecer que é uma situação que é importante ultrapassar, os dias vão passando

e as coisas mantêm-se na mesma e a CCDR declina responsabilidades, neste momento o que me parece é que a câmara municipal, a CCDR declinam responsabilidades quanto à reposição da legalidade.

A CCDR pediu relatório, agora não sabemos o que é que vai fazer com ele, identificou as situações anómalas, não sabemos o que é que faz relativamente a isso e a câmara naquilo que é, na nossa perspetiva, que deve ser a vanguarda institucional da defesa dos interesses daquelas pessoas, tem de fazer alguma coisa. Tem de fazer mais do que a mera troca de correspondência de expediente e depois esperarmos que a CCDR resolva. A CCDR só vai resolver quando pressionada, não temos dúvidas nenhuma disso, agora, pode ser pressionada pelos munícipes, por aquela população, ou pode ser com ganhos para aquela população ou com a câmara municipal a defendê-la e portanto, a câmara não pode manter-se, na minha perspetiva, no plano político não pode manter-se à margem disto e esperar para ver.

Nós temos e o apelo que fazemos ao senhor presidente de câmara e ao senhor vice presidente e a esta câmara, de forma intransigente, não interessa se são 10, se são 15, se são 20 pessoas que estão ali, têm todo o direito de viver com o mínimo de condições como qualquer outro munícipe do concelho e portanto sejam quantos for, seja em que bairro for, a câmara tem de estar ao lado daquelas pessoas porque trata-se de facto da reposição da legalidade e reafirmo senhor presidente, nós falaremos disto tantas vezes quanto forem necessárias aqui porque nós vamos querer saber, não direi ao dia, mas de forma muito regular o que é que a câmara está a fazer para ajudar os munícipes e aquela população a ultrapassar este problema e temos que confrontar a CCDR.

Já foi mau terem licenciado e depois de terem licenciado limitam-se a verificar que não se observam as condições em que a empresa devia laborar e pede-se o relatório do ruído e o quê? O quê!

Acho que o senhor presidente de câmara deve insistir junto da CCDR para saber o que é que a CCDR junto do proprietário está a fazer, até porque, lembro aqui que o proprietário já foi notificado para resolver um conjunto de situações que não foram resolvidas e isto não é propriamente a aldeia do Gauleses, isto não é um estado dentro do estado.

Então... foi notificado, não fez e o que é que daí decorre? Não decorre nada! Há uma sanção, há proibição do exercício daquela unidade de funcionamento? Nada, não se sabe nada.

Senhor presidente era este o nosso derradeiro apelo nesta reunião. Nós já ponderámos e sei que alguns moradores daquele bairro já ponderaram fazer inclusive uma queixa ao Ministério Público porque do que se trata ali é do incumprimento da Lei. Não sei se tem esta informação, porque do que se trata é do incumprimento da Lei.

Vamos precisar de uma decisão judicial para corrigir uma situação que está diante dos olhos de todos há tanto tempo? Não sei mas se tiver que ser assim, assim será. A situação é que não pode continuar por muito mais tempo. Disse!

### 3ª Intervenção

Não havia necessidade, como se costuma de dizer, mas eu quero aqui deixar bem claro e dizer ao senhor vice-presidente que nem nós temos capacidade, nem a pretensão de, como o senhor vice-presidente acabou agora aqui de referir, instruir e estar por trás de todas as movimentações das pessoas, porque acredite, as pessoas têm problemas e quando as pessoas têm problemas, as pessoas insurgem-se e mexem-se e portanto esta ideia que o senhor vice-presidente, que os comunistas estão atrás de tudo, a instruir toda a gente não faz sentido porque não é assim efetivamente. Nós fomos visitar o bairro, como os senhores vereadores foram e não fomos em campanha eleitoral. Fomos, como fomos visitar uma série de outros bairros, as pessoas receberam-nos, contaram-nos os seus problemas e quer dizer, esta desvalorização permanentemente que é feita, sobre as legítimas preocupações das pessoas e a forma como as pessoas se manifestam, tentando sempre arrastar os comunistas e o Partido Comunista para trás destes processos, permita-me senhor vice-presidente não faz sentido porque acredite nem nós temos essa capacidade,

Garanto-lhe uma coisa, nós estaremos sempre próximo dos problemas das pessoas, teremos nós próprios, dentro daquilo que são as nossas opções estratégicas e a visão que temos do mundo, propostas para resolver os problemas e aqui, no plano institucional, estaremos sempre do lado de quem vive os problemas e é nossa missão trazer para aqui

para esta sede, as preocupações das pessoas e apelar à câmara municipal e a quem a dirige para que use de todos os seus meios, os políticos, os institucionais e os de pressão, para resolver o problema das pessoas.

Olhe, e é a vida é mesmo assim! Eu acredito que se vocês estivessem na oposição fariam a mesma coisa, agora aquela ideia de que nós estamos a instruir as pessoas, senhor vice-presidente, nem todas as pessoas aceitavam isso, porque as pessoas pensam, sabe? As pessoas sentem os problemas, pensam neles e têm propostas também e vêm à câmara e batem-se e portanto as pessoas não precisam dos comunistas para se mexer e para defenderem aquilo que são os seus interesses. Deixe-se disso senhor vice-presidente!

Odivelas , 19 de Abril de 2017

Os Vereadores da CDU